

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO DIA 6 DE MAIO DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO DE LAMEGO

PRESENCAS

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Pinto Carreira, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

AUSÊNCIAS

Não se verificou nenhuma ausência.

SECRETARIOU

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD. 02)

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que teve conhecimento que o Município de Lamego marcou presença na edição deste ano da Feira Ibérica de Turismo (FIT), na cidade da Guarda.

Afirmou que não é contra tal participação, mas, a seu ver, o senhor Presidente da Câmara deveria ter dado conhecimento prévio ao Executivo. De igual forma, deveria ter dado conhecimento dos custos desta participação e dos benefícios que pensa que daí virão.

De seguida, reportou-se à obra que está a ser executada, referente ao Balcão Único dos Paços do Município de Lamego, oriunda de uma candidatura efetuada no mandato anterior, afirmando que lhe parece que o projeto foi modificado e foi alterado o local onde estava previsto ser construído.

Acrescentou que tem conhecimento que a entrada será feita através de porta lateral do edifício, com a qual não concorda, sendo que lhe parece, ainda, que esta obra não cumpre a lei das acessibilidades. Questionou, por isso o senhor Presidente da Câmara se tal não significa uma discriminação para com os munícipes ou se tem receio de se cruzar com os mesmos, quando vierem tratar dos seus assuntos. Afirmou que destas alterações deveria ter dado conhecimento prévio ao Executivo.

Por fim, sublinhou que começa a ficar um pouco agastado de pedir cópias de documentos ao senhor Presidente da Câmara e não os entregar. Disse que não é a forma correta de se tratar os membros do Executivo, afirmando que se não os fornecer num curto espaço de tempo, irá recorrer a outras instâncias para os obter.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** disse que partilha da mesma preocupação manifestada pelo senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, relativamente à obra que está a ser executada, referente ao Balcão Único do Município de Lamego.

Sugeriu, por isso, ao senhor Presidente da Câmara que, futuramente, corrija esta conduta e traga este tipo de assuntos ao Executivo para conhecimento e partilha de opiniões.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** reportou-se ao estado de degradação que se encontra o pavimento das vias públicas da cidade e das freguesias.

Disse que já houve intervenções, no entanto, constata-se que as mesmas não foram suficientes. Apelou, por isso, ao senhor Presidente da Câmara que implementasse medidas consistentes e duradouras para que, de uma vez por todas, seja resolvida a degradação da via pública.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** chamou a atenção do senhor Presidente da Câmara para um ponto de luz, existente na Rua D. Jacinto Botelho que já teve uma mangueira, de cor vermelha, como forma de proteção e, atualmente está tapado com pedras, o que origina a que os seguintes pontos não tenham eletricidade. Disse que se trata de uma zona pedonal muito utilizada, pelo que deveria ser resolvida esta situação, o mais breve possível.

De seguida, reportou-se ao acesso ao Bar existente na Rua do Teatro, afirmando que tal plataforma prejudica os transeuntes com mobilidade reduzida, que por lá circulam. Disse que pensa que tal plataforma não esteja autorizada, uma vez que apenas foi permitida na altura, quando a rua se encontrava impedida de circulação, por causa da realização de obras num edifício.

Relativamente à obra do Balcão Único dos Paços do Município, corroborou das palavras proferidas pelos senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues e António Pinto Carreira, tendo questionado o senhor Presidente da Câmara se a alteração efetuada ao

projeto foi, ou não, aprovada pela Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA).

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu que a participação do Município de Lamego na Feira Ibérica de Turismo (FIT), surgiu no seguimento de um convite da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Disse que foi uma decisão que teve de ser tomada repentinamente, sendo que a Entidade Regional cedeu gratuitamente um stand, ao que o Município de Lamego aceitou com muito agrado.

Acrescentou que a participação não acarretou qualquer custo monetário para o Município de Lamego, além da deslocação das pessoas que estiveram presentes, tendo por objetivo a promoção e divulgação da programação da edição, deste ano, das Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios - a "Romaria de Portugal" e da 9ª Montra da Cereja da Penajóia, tendo as cerejas de Lamego sido a estrela do referido certame.

De seguida, referiu que a AMA está a acompanhar a obra do Balcão Único dos Paços do Município, tendo já efetuado várias visitas ao local, antes e após o início das obras. Frisou que a mesma está a ser perfeitamente enquadrada na candidatura que estava aprovada e nos financiamentos aprovados.

Quanto à degradação do piso das vias públicas, afirmou que é uma preocupação deste Executivo em funções, sendo uma das questões que terá de ser discutida, em sede de Câmara Municipal, tendo em conta as prioridades de perspetiva orçamental.

Relativamente ao ponto de luz, respondeu que se trata de um assunto que já foi reportado à EDP, pelo que vai ser reforçada essa notificação, no sentido de ser reposta a situação, com a maior brevidade possível.

No que concerne à plataforma de acesso ao Bar na Rua do Teatro, disse que é um problema que estava sinalizado por este Executivo, no entanto, o mesmo será resolvido, aquando da reabilitação do edifício, prevista para aquela rua.

O senhor **Presidente da Câmara** começou por referir que não existe qualquer discriminação dos munícipes, nem nunca se subtraiu ao contacto direto com os mesmos. De seguida, no que diz respeito ao exercício das competências próprias, disse que sempre as assumiu; quanto às competências do órgão colegial também têm sido respeitadas, escrupulosamente.

Esclareceu que existem situações de gestão quotidiana que têm de ser decididas quase na hora, como foi o caso da participação na FIT.

Apelou aos senhores Vereadores para que não entendam as eventuais falhas na entrega de documentos, como desprezo pelos mesmos ou recusa de informação, pois tal não

corresponde à verdade. Reiterou que vai insistir com os serviços para que disponibilizem a documentação solicitada, logo que possível.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** referiu que não está a discutir competências, pois não foi essa a génese da sua intervenção, mas sim com a informação que tem o direito a ter acesso. Disse que grande parte das ações levadas a cabo pelo Município vão sabendo pela comunicação social, prática que tem vindo a ser reiterada e que considera como uma falta de consideração, para com os membros do Executivo, o que chamou a atenção.

Relativamente à obra do Balcão Único dos Paços do Município, disse que julga que a alteração à obra não se tratará de uma competência própria do senhor Presidente da Câmara. No entanto, o que mais o preocupa é que, indo ao local e do seu ponto de vista, o mesmo não cumpre a lei das acessibilidades e, ainda, não lhe parece correto que os munícipes tenham de entrar por uma porta lateral e não possam entrar pela porta principal do edifício.

Reafirmou que considera esta situação muito desagradável, constituindo uma discriminação para com os munícipes. Gostaria, por isso, de saber se esta situação estava contemplada no projeto inicial, ou se se trata de uma alteração e a ser assim, por que motivo foi alterado, sem conhecimento do Executivo e quais os custos que teve para o Município.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** disse que partilha, novamente, das preocupações manifestadas pelo Vereador Ernesto da Silva Rodrigues.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** solicitou ao senhor Presidente da Câmara que, no final da reunião, gostaria de consultar o processo, relativo à obra do Balcão Único dos Paços do Município.

Quanto à plataforma de acesso ao Bar existente na Rua do Teatro, questionou se a mesma se encontra legalizada, caso não esteja, que a mesma seja retirada e que seja encontrada outra solução, uma vez que a atual prejudica os transeuntes.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu que o edifício dos Paços do Município tem um problema grave de acessibilidades que nunca foi resolvido, esperando que o consigam resolver, nomeadamente o acesso ao primeiro piso e o acesso ao atendimento. Esclareceu que a entrada lateral ao Balcão Único foi uma opção tomada, uma vez que permite o acesso a pessoas com mobilidade reduzida, sendo que esta situação está a ser devidamente acompanhada pela AMA. Disse que a obra foi concursada, por ajuste direto, com consulta a três empresas, sendo que o valor da empreitada está dentro das competências do senhor Presidente da Câmara.

Quanto à plataforma de acesso ao Bar existente na Rua do Teatro, disse que é uma situação que prejudica os transeuntes e que os preocupa igualmente. No entanto, é uma situação que se mantém desde que as obras levadas a cabo naquela rua acabaram. Se está, ou não, legalizada, está exatamente no mesmo local e da mesma forma que estava quando o estabelecimento abriu, sublinhou.

Crê que aquele estabelecimento está legalizado pelas entidades competentes, possuindo uma licença que é inerente à existência daquela plataforma, porque é o acesso ao estabelecimento, sendo que a ser retirada implicaria, eventualmente, que o Município fosse comandado, porque motivo na altura própria não fez as exigências, que o senhor Vereador José Correia da Silva quer que se façam agora.

Disse que pode ser uma solução, mas também poderia já ter sido feita à data, pelo que entende que é preferível que, se aguarde mais algum tempo, pela execução da obra, referente ao projeto a executar na Rua dos Bancos, pois nessa altura de certeza que se encontrará uma solução, a contento de todas as partes e dos munícipes.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** aconselhou ao senhor Vice-Presidente da Câmara a consultar primeiramente o processo, para ver qual é o acesso de entrada ao estabelecimento, ao invés de presumir.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que este assunto, da plataforma de acesso ao estabelecimento de discoteca existente na Rua do Teatro, não deve ser objeto de debate político-partidário, deve ser analisado, isso sim, tendo em conta os interesses de todos, nomeadamente os transeuntes, os clientes e os utentes, e equacionar estes equilíbrios, como aliás tem sido hábito e prática deste órgão colegial.

De igual forma, e por estes mesmos motivos, se achou por bem introduzir alterações ao projeto do Balcão Único, cujo objetivo foi proporcionar melhores condições aos munícipes, maior facilidade de acesso e melhorar o atendimento. Entende que tal decisão deve envolver os senhores Vereadores, pelo que o processo está disponível para consulta quando pretenderem.

Sublinhou que não há nenhuma ação desenvolvida diretamente pelo Município para a qual não tenham sido feitos convites prévios aos senhores Vereadores.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** reafirmou que, na sua ótica, a entrada de acesso ao Balcão Único, por uma porta lateral não lhe parece nada correto e com a qual não está de acordo, dado que existe uma porta principal, para além de que tal entrada não cumpre as medidas das acessibilidades, por falta de espaço.

Quanto ao mais, disse que é sabido que os edifícios antigos onde se prestam serviços públicos, não cumprem a lei das acessibilidades, sendo que nada foi feito para resolver esta situação.

Quanto à plataforma de acesso ao bar existente na Rua do Teatro, disse que o investidor privado, deve resolver o problema da acessibilidade ao seu estabelecimento, dentro daquilo que lhe pertence e não deve ocupar o espaço que é público, sob pena de prejudicar quem por lá passa.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** afirmou que não colocou o assunto de uma forma política, apenas repetiu um assunto que já foi abordado por um munícipe, numa das reuniões públicas.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que o assunto será analisado tendo em conta os interesses e o perfil daquela rua.

Quanto à obra do Balcão Único dos Paços do Município, afirmou que terá de ser avaliada pelos serviços a sua aplicabilidade; caso não redunde em melhoria de execução serão tomadas as medidas que se entenderem pertinentes.

ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2019 (**COD. 03**)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 29 de abril de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador António Pinto carreira, por não ter participado na reunião.

02-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (**COD.17**)

ARGUIDA: JOSÉ PEREIRA TEIXEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 341/17/2018 do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“A Guarda Nacional Republicana de Lamego remeteu a esta Câmara Municipal, um auto de notícia por contraordenação 189/2018, datado de 21/12/2018, no qual relata que no dia 07/12/2018, pelas 20h10, na sequência de um patrulhamento, deslocou-se uma patrulha ao Lugar do Bairro Novo, na freguesia de Lalim, no município de Lamego, em virtude de dois canídeos terem invadido uma capoeira.

Após verificação foi detetado que um dos canídeos não possuía dispositivo de identificação eletrónica (chip), bem como não possuía vacinação antirrábica e não se encontrava registado na Junta de Freguesia.

Tais factos são passíveis de constituir infração ao disposto nos artigos 3º, nº 1, conjugado com o artigo 12º, alínea a), ambos do Decreto-Lei nº 313/2003, de 17 de Dezembro, na redação dada pela Lei nº 49/2007, de 31.08, constituindo contraordenação punível pelo nº 1 do artigo 19º do mesmo diploma legal, eventualmente praticada por José Pereira Teixeira, na qualidade de proprietário do canídeo.

Dispõe o nº 1 do artigo 21º do citado diploma legal que a instrução dos processos de contraordenação previstos no nº 1 do artigo 19º compete à Câmara Municipal”.

Face ao exposto, propõe à Câmara que delibere a instauração do processo de contraordenação contra José Pereira Teixeira.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, conforme proposto.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E CULTURA – CÓD. DEASC | 04

03-ASSUNTO: PROTOCOLO CELEBRADO COM A FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 20)

Presente, novamente, à reunião a proposta de deliberação n.º 313/20/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, do seguinte teor:

“O Andebol Clube de Lamego é um dos melhores exemplos que podemos encontrar na excelência do trabalho desportivo e associativo desenvolvido no distrito de Viseu. Apesar das dificuldades que o associativismo se depara, o Andebol Clube de Lamego tem sabido ultrapassar os obstáculos, inovando, apostando na qualificação dos seus quadros técnicos, melhorando o seu património e principalmente transmitir os melhores valores que o desporto abarca. A aposta do clube na formação e também nas equipas femininas contribui, de uma forma significativa, para o sucesso desportivo que tem demonstrado através dos títulos distritais, presenças nos campeonatos nacionais e jogadores que tem chegado aos melhores clubes e selecção nacional.

Em 2018, para além do apoio financeiro e logístico ao clube, o Município colaborou ativamente na realização do encontro das seleções distritais, na participação das equipas das escolas do primeiro ciclo, no projecto Andebol4kids e na concretização do primeiro Torneio de Andebol Cidade de Lamego, que permitiu a presença das melhores equipas nacionais no escalão juvenil e a realização de uma ação de Formação, com a presença do Professor Carlos Resende, atual treinador do Sport Lisboa e Benfica.

No seguimento dos eventos e trabalho desenvolvido o Andebol Clube de Lamego apresentou, com o apoio do Município, a candidatura para a organização, em 2019, da Gala Anual e a Supertaça masculina e Feminina.

A Federação Portuguesa de Andebol premiou o esforço e dedicação desenvolvidos atribuindo a Lamego a organização dos mesmos. Estes dois momentos surgem como corolário do extraordinário trabalho desenvolvido pelo Clube e terá um impacto mediático muito importante na divulgação de Lamego.

O Município de Lamego assume o apoio à realização destes eventos, como parte da estratégia de divulgação de todo o potencial organizativo, desportivo, cultural e turístico que Lamego oferece.

Acreditamos que os eventos de índole nacional têm uma projeção muito importante que, inseridos em plena altura festiva, proporcionam uma experiência de enorme relevância para as centenas de espectadores e, deste modo, potenciar a exposição mediática na imprensa e televisões.

O caderno de encargos dos eventos implica um esforço significativo pelo Município, mas através das receitas das bilheteiras, publicidade e bares será possível minimizar, e assim recebermos dois eventos de enorme interesse nacional.

Assim, nestes termos, proponho a aprovação de protocolo entre a Câmara Municipal de Lamego e a Federação de Andebol de Portugal com vista à realização da IX Gala da Federação e da Supertaça Masculina e Feminina em Andebol, que terá lugar nos dias 24 e 25 de agosto de 2019, em Lamego.”

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que continua sem saber os custos que este evento acarreta para o Município de Lamego. Entende que, na sua opinião, estão a passar um cheque em branco à Federação de Andebol de Portugal.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** afirmou que entende a importância deste evento para a cidade de Lamego, mas gostaria de ter conhecimento prévio de quanto vai custar, aproximadamente, este evento ao Município de Lamego. Pelo que, para poder votar este assunto em consciência, a proposta deveria estar melhor fundamentada.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** referiu que a proposta está mal redigida e se se mantiver esta proposta tal como está, não votará este assunto, afirmando este é um dos assuntos em que a decência deveria estar presente, o que não é o caso. Isto é, o protocolo já foi assinado com a Federação de Andebol de Portugal e houve mais que tempo para resolver esta matéria e trazê-la bem formulada à reunião do Executivo.

Acrescentou que os protocolos não devem ser objeto de ratificação, por parte do Executivo, deviam ser, atempadamente, presentes à reunião para serem analisados e aprovados, de forma decente e transparente, o que não é o caso, reiterou.

O senhor **Presidente da Câmara** reafirmou que o protocolo foi celebrado naquela data, a pedido da Federação de Andebol de Portugal, no sentido de agilizar os procedimentos necessários e foi assinado na dependência da aprovação deste órgão; caso tal não se verifique, o mesmo ficará sem efeito.

Disse que os valores foram calculados, com base em estimativas, pelo que na próxima reunião serão presentes os valores em causa.

Deliberação: A votação deste assunto transitou para a próxima reunião de Câmara.

04-ASSUNTO: PEDIDO UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MULTIUSOS PARA REALIZAÇÃO DA SEMANA ACADÉMICA DE LAMEGO (COD 08)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 342/51/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, do seguinte teor:

“A Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (AEESTGL) pretende realizar a Semana Académica de Lamego entre os dias 17 e 20 de maio no Centro Multiusos. Para o efeito solicitou a utilização integral da nave e galerias do Centro Multiusos de Lamego que, de acordo com a tabela do regulamento em vigor tem um custo de 850 euros (IVA incluído).

Considerando que a Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego não recebe qualquer subsídio do Município ao contrário de outras associações e coletividades;

Considerando que a Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego realiza eventos que dinamizam a atividade da cidade e atrai pessoas de outros concelhos e regiões;

Considerando tratar-se de uma Associação Juvenil, propõe que as taxas a aplicar não sejam no valor de 850 euros ao abrigo do disposto, no anexo I, do Regulamento Municipal de Utilização do Centro Multiusos de Lamego, mas sim de 450 euros.

Considerando o ponto 3, do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Utilização do Centro Multiusos de Lamego, proponho a aprovação da realização do evento, bem como a celebração do respetivo Contrato e/ou Protocolo com o requerente que contemple o pagamento das respetivas taxas (450 euros).”

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

05-ASSUNTO: PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS, NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DO CONCERTO DE TUNAS (**COD 51**)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 344/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal o deferimento da pretensão da requerente, em que solicitou o licenciamento do Concerto de Tunas, a realizar nas instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, bem como a isenção do pagamento de taxas inerentes ao evento.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

06-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM UNIDADE MÓVEL – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD. 51**)

REQUERENTE: RAP-REABILITAÇÃO AUDITIVA PORTUGAL, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 343/51/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que ratifique o seu despacho, datado de 2 de maio de 2019, autorizou a ocupação de espaço público para instalação da uma Unidade Móvel, para a Campanha de Reabilitação Auditiva, com a dimensão de 20m2, no dia 3 de maio, no Largo do Espírito Santo. O valor das taxas a pagar pela requerente é de 98,00€.

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO - CÓD. DOU |05

Obras Particulares e Loteamentos – CÓD. DOU 06 | OPL 01

07-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 213/16 (**COD. 42**)

REQUERENTE: JOÃO PAULO MENDES RAMOS

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE CHÕES – CEPÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 345/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 972/DOU, de 30/04/2019, e do parecer do Chefe da DOU, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 5 artigo 58.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o deferimento do pedido de prorrogação do prazo da licença de construção n.º 43/17, por doze meses.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO – CÓD. DFP | 03

08-ASSUNTO: 3ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E PAM ORÇAMENTO 2019 (COD 43)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 346/43/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que a execução das grandes opções do plano e orçamento para 2019, à semelhança do que tem sido na execução de orçamentos anteriores, sofre várias alterações para fazer face às necessidades e planeamento de despesa de funcionamento e atividades, bem como outras não previstas aquando elaboração do documento.

No excepcionado no ponto 8.3.1.3. e no ponto 8.3.1.5. do POCAL, estão referenciadas as contrapartidas que servem de base às alterações orçamentais. Trata-se aqui, por regra, de transferências de dotação entre diferentes rubricas orçamentais sem implicar o aumento do montante total do orçamento de despesa.

São da competência do executivo municipal e não existe qualquer limitação quanto ao número anual de alterações orçamentais que podem ser efetuadas. As alterações orçamentais não afetam o equilíbrio global porque se traduzem em aumentos de dotações de despesa ou receita em algumas rubricas com contrapartida de diminuições ou de anulações de dotações noutras rubricas.

Assim é, proposta a 3.ª alteração ao orçamento da despesa, PAM e PPI, justificada, principalmente, com a necessidade das despesas:

- 1- Reforço de planos relativos a fornecimentos contínuos de alimentação para as cantinas;
- 2- Reforço de planos relativos a fornecimentos contínuos de artigos para manutenção de redes de abastecimento de água e limpeza de fossas sépticas;
- 3- Indemnização ao proprietário afetado pela derrocada da Circular de Cambres;
- 4- Reforço de seguros;
- 5- Reforço do plano de animações culturais e desportivas.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que seja aprovada a terceira alteração ao orçamento, que importa de reforços e anulações no montante de 151.150,00€, nos termos da alínea d), do n.º 1, artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** questionou o senhor Presidente da Câmara porque motivo não contemplou nesta alteração ao orçamento, o assunto que está para resolver, relativo à Associação de Freguesias do Sudeste e se o pretende fazer na próxima alteração orçamental, sendo certo que tinha prometido que o faria no mais curto espaço de tempo.

De seguida, e uma vez que esta alteração orçamental contempla o assunto da Variante de Cambres, lembrou o senhor Presidente da Câmara que, aquando da votação deste

assunto, o mesmo foi deliberado tendo em conta um determinado pressuposto, pelo que questionou se esse pressuposto já foi, ou não, cumprido.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** disse que verifica nesta alteração orçamental, a diminuição de uma verba, no valor de 25.000€ para as Associações sem fins lucrativos e uma diminuição na limpeza e higiene, no valor de 91.000€.

Afirmou que o preocupa a diminuição de verbas para as associações sem fins lucrativos, sabendo que uma das dificuldades com que o Município se tem deparado é exatamente assumir o compromisso na celebração dos protocolos, bem como o preocupa a diminuição na limpeza e higiene, desconhecendo em que setor ou em quais os edifícios, irá ocorrer.

De seguida, partilhou a mesma preocupação manifestada pelo senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, relativa à indemnização da variante de Cambres.

O senhor **Presidente da Câmara**, quanto à condição ínsita na transação judicial, celebrados no processo judicial, referente à indemnização devida no caso “Circular de Cambres” respondeu que ainda não está cumprida, terá de se aguardar pela finalização total da transação. Relativamente ao reforço de verbas necessário para o cabimento dos apoios às associações prende-se com a existência de fundos próprios, sendo um problema que nada tem a ver com esta alteração orçamental.

Esclareceu que se está perante transferências de verbas de dotações orçamentais que os serviços entenderam poder reduzir, decorrente da necessidade de ajustar tais dotações orçamentais, permitindo efetuar os cabimentos nas áreas mais prioritárias.

Lembrou que o Executivo não aprovou, nem este ano, nem nos anos anteriores, quaisquer apoios monetários às IPSS, sendo certo que o Município assegura a uma delas, a Apitil, o pagamento de vários serviços, nomeadamente: água e energia elétrica; estas são despesas que não são contempladas no orçamento específico das Associações, mas que estão a ser suportadas pelo erário municipal.

Acrescentou que a diminuição das dotações orçamentais em causa, no que respeito às IPSS, não irá ter nenhuma consequência materializada na redução de apoios.

Quanto à questão da Associação de Freguesias do Sudeste, existe uma situação de litígio, e caso se verifique uma solução graciosa terá de haver uma nova alteração orçamental, sendo que tal não está contemplado nesta proposta.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que lhe custa a perceber, uma vez que tendo dificuldade em cabimentações, que o senhor Presidente da Câmara traga uma alteração orçamental, sem estarem cumpridos os pressupostos da deliberação condicionada que este Executivo tomou.

Custa-lhe, ainda, a entender que o senhor Presidente da Câmara lhe tenha pedido mais algum tempo, para resolver o assunto da Associação de Freguesias do Sudeste, no sentido de poder cabimentar a verba, para posterior deliberação e não o tenha feito nesta alteração orçamental.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** questionou quais as associações que se inserem nesta designação “Associações sem fins lucrativos”, se apenas diz respeito à Apitil, à Associação Portas Pra Vida e à Santa Casa da Misericórdia de Lamego.

Questionou, ainda, onde se inserem as restantes associações culturais e desportivas.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que as associações enunciadas pelo senhor Vereador António Pinto Carreira não receberam até hoje qualquer apoio, pelo que pode ser diminuída a verba orçamental, não vindo daí qualquer consequência na vida das mesmas.

Quanto às associações culturais e desportivas, disse que não estão aqui contempladas, uma vez que não se trata apenas de um problema de dotações orçamentais, mas sim um problema de cabimento e compromisso.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** referiu que a manter-se o ponto n.º 3 da proposta de alteração orçamental, referente à “Indemnização ao proprietário afetado pela derrocada da Circular de Cambres”, não votará favoravelmente esta proposta de deliberação, uma vez que não está cumprido o pressuposto, plasmado na deliberação da reunião de Câmara.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que a Câmara aprovou uma transação judicial, pelo que o Presidente da Câmara tem de assegurar o cumprimento integral, sob pena de pessoalmente poder ser responsabilizado.

Acrescentou que, nos termos desse acordo, o prazo de pagamento da indemnização terminou; verifica-se a necessidade de assegurar a dotação de tal verba, sendo que, posteriormente será necessário assegurar o compromisso e os fundos necessários. Será necessário garantir também a realização da escritura que transferirá para o Município de Lamego a parte restante do prédio rústico que não foi ocupado, o que vai fazer cumprir.

Relativamente à Associação de Freguesias do Sudeste, esclareceu que se trata de um problema diferente, uma vez que é necessário um acordo prévio entre ambas as partes, definindo-se uma verba que, posteriormente, terá de ser inscrita em orçamento.

Frisou que esse assunto, não poderia ter sido contemplado nesta alteração orçamental, pois implicaria a existência de um acordo, o que ainda não ocorreu.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que discorda em absoluto das palavras proferidas pelo senhor Presidente da Câmara.

Esclareceu que apresentou ao senhor Presidente da Câmara uma proposta de deliberação, referente à Associação de Freguesias do Sudeste, para cumprimento de um protocolo celebrado entre o Município de Lamego e esta Associação e tal como o senhor Presidente da Câmara muito bem disse, relativamente ao assunto da indemnização da Variante de Cambres, que vai fazer cumprir a deliberação, porque caso contrário pode ser responsabilizado. Também se aplica aqui para o caso da Associação de Freguesias do Sudeste, uma vez que também tem de fazer cumprir tal deliberação, sejam elas do Executivo anterior, ou não, afirmando que o senhor Presidente da Câmara está a ter dois pesos e duas medidas.

Disse que não quer inviabilizar esta alteração orçamental, pois ainda confia na palavra do senhor Presidente da Câmara, mas caso não prometa que vai fazer cumprir o assunto da Associação de Freguesias do Sudeste, votará contra esta proposta de alteração orçamental.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** disse que acredita e confia que o senhor Presidente dê cumprimento às deliberações tomadas pelo Executivo, incluindo o assunto da Variante de Cambres, sob pena de responsabilização pessoal.

Afirmou que fica estupefacto, quando comparam a deliberação da Associação de Freguesias do Sudeste com a deliberação do pagamento desta quantia, relativamente ao acordo judicial, uma vez que são assuntos completamente distintos, como todos sabem.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** lembrou que enquanto o terreno da Variante de Cambres não estiver registado em nome do Município de Lamego, não votará favoravelmente este assunto.

Acrescentou que também confia no senhor Presidente da Câmara, no que toca a fazer cumprir as deliberações tomadas pela Câmara.

O senhor **Presidente da Câmara** afirmou que o que está em causa é dotar o orçamento da verba que o Município se obrigou a pagar, sendo que a escritura irá ser celebrada atempadamente, pelo que não entende as afirmações dos senhores Vereadores.

Disse que o Presidente da Câmara tem obrigação de cumprir o acordo, nos seus precisos termos, conjuntamente com a contraparte, pelo que se a contraparte não cumprir o que está obrigada, nomeadamente se recusar agora a celebrar a escritura é claro que o Município também não irá pagar a indemnização. Acrescentou que o terreno existe e está na posse do Município de Lamego.

Sublinhou que o assunto da Associação de Freguesia do Sudeste não é suscetível de comparação com tal situação.

Relembrou que o Município de Lamego à data celebrou um acordo com a Associação de Freguesia do Sudeste, subscrito pelo Presidente da Câmara cessante, o qual não o

cumpriu, alegando incumprimento por parte daquela Associação, sendo que esta questão se encontra em litígio judicial.

Reiterou que quando houver entendimento sobre este assunto, se houver, terá de se fazer primeiro alteração orçamental correspondente. Pelo que, em última instância, terá de trazer à reunião a proposta apresentada pelo Vereador Ernesto da Silva Rodrigues para o Executivo se pronunciar.

Disse que está disponível para reunir com a Associação de Freguesia do Sudeste para saber se haverá um acordo entre as partes, com enquadramento legal.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** esclareceu que apresentou uma proposta sobre a Associação de Freguesia do Sudeste para ser agendada, ao que o senhor Presidente da Câmara lhe pediu mais algum tempo, porque não havia cabimento. Disse que, dado que já passou cerca de um mês e meio sobre a apresentação de tal proposta, é legítimo que questione o senhor Presidente da Câmara, em sede da apresentação de uma alteração orçamental, porque razão não contempla a verba para a Associação de Freguesia do Sudeste. A acrescentar a este facto, vem o senhor Presidente da Câmara aduzir argumentos que não têm nada a ver com a discussão e reforça que não se pode comparar situações.

Sugeriu, por isso, ao senhor Presidente, se não for necessário haver cabimento, que agende a proposta, se for necessário haver cabimento, questionou quando o pretende fazer.

O senhor **Presidente da Câmara** reiterou que esta alteração orçamental implica diminuição de verbas e reforço de outras verbas que, neste momento, são necessárias para execução no imediato.

Quanto ao assunto da Associação de Freguesias do Sudeste, reiterou que é necessário primeiro haver um entendimento e, caso venha a ocorrer, posteriormente será efetuado cabimento e compromisso.

Acrescentou que o que assumiu foi a vontade e a disponibilidade para, conjuntamente com a Associação de Freguesias do Sudeste, chegar a um entendimento, o que tentará fazer até ao fim deste mês. Caso não venha a haver entendimento, quanto aos valores, trará ao Executivo a proposta apresentada pelo senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues.

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com três votos a favor, do Presidente da Câmara, dos Vereadores do PS, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha, um voto contra do Vereador da Coligação “Todos Juntos por Lamego”, José Correia da Silva e com duas abstenções dos Vereadores do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e Fernando Silvério Cardoso de Sousa, tendo-se declarado

legalmente impedido de votar este assunto, o senhor Vereador da Coligação “Todos Juntos por Lamego”, António Pinto Carreira.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Abstive-me, confiando que o senhor Presidente da Câmara traga até ao fim deste mês, para deliberação a proposta por mim apresentada, relativamente ao assunto da Associação de Freguesia do Sudeste, porque era espectável que, nesta alteração orçamental, fosse contemplada essa verba, uma vez que o senhor Presidente da Câmara comprometeu-se a trazer ao Executivo logo que houvesse oportunidade.*

Dado que não o fez hoje, vou dar o benefício da dúvida, esperando que o faça na próxima alteração orçamental.”

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Declarei-me impedido de votar esta proposta de deliberação, por uma questão do ponto de vista legal e ético, porque inclui nesta alteração orçamental uma matéria deliberada na reunião de Câmara de 31 de julho de 2018, tendo aí declarado o meu impedimento, por ter então participado, como mandatário do Município, no processo que correu termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu.”*

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Abstive-me nesta proposta de alteração orçamental, em consonância com a minha posição, aquando da votação do orçamento para o ano de 2019.”*

O senhor **Vereador José Correia da Silva** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Votei contra esta alteração orçamental, uma vez que a parcela de terreno, a que se refere o ponto n.º 3 da proposta de deliberação, não está registada em nome do Município de Lamego.”*

09-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

10-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

Presidente
Secretária

A Secretária